

**EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.811 - MG  
(2019/0299421-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**EMBARGANTE : OSCAR BOGADO CUNHA**  
**ADVOGADO : RENATO SIDNEY DELAVIA - MG083417**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração, opostos em benefício de **OSCAR BOGADO CUNHA**, contra decisão monocrática de minha relatoria, que julgou prejudicado o recurso ordinário em **habeas corpus** interposto contra o acórdão proferido pelo **eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Nas razões do **aclaratórios**, o embargante alega a contradição no **decisum**, sob a premissa de que: *"Não perde o objeto o recurso que trata de causa extintiva da punibilidade em Habeas Corpus à vista da informação sobre a mera decisão de arquivamento formal dos autos de origem, onde o mérito dos fatos não foi apreciado."*

Postula, ao final, seja sanada referida contradição, dando provimento aos embargos, concedendo-lhes efeitos modificativos (fls. 622-625).

É o relatório.

Decido.

Preambularmente, convém esclarecer que os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal, isto é, nos casos de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão embargado.

São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o re julgamento do caso.

Apenas excepcionalmente, quando constatada a necessidade de

mudança no resultado do julgamento em decorrência do próprio reconhecimento da existência de algum desses vícios, é que se descortina a possibilidade de se emprestarem efeitos infringentes aos aclaratórios.

O parágrafo 1º, do art. 264, do RISTJ, por sua vez, dispõe que: *"Os embargos de declaração serão incluídos em pauta, salvo se opostos nas classes previstas no art. 91 deste Regimento ou nas demais classes criminais. § 1º Se os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal, o Órgão Julgador da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente."*

À vista disso, no que se refere à alegada insurgência do embargante, tenho que **não houve contradição no decisum.**

Consoante informações prestadas pela autoridade coatora, em 7/10/2019 foi proferido despacho determinando o cumprimento do acórdão, com imediato arquivamento do feito e baixa na distribuição, ante a rejeição do aditamento à denúncia. **Nesse diapasão, insta consignar que não há como se extinguir a punibilidade do paciente, uma vez que, ao que tudo indica, sequer existe ação penal contra o mesmo.**

Com efeito, não houve contradição no **decisum**, de modo que demais ilações a respeito da insurgência da embargante, acarretará no reexame de matéria já julgada, situação que não se coaduna com o instrumento dos declaratórios.

**Ante o exposto, rejeito** os embargos de declaração.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator